

EDITORIAL

Reconstruir uma agenda democrática para a Educação brasileira!

<https://doi.org/10.38117/2675-181X.formov2023.v5e10.7-14>

O ano de 2022 terminou com a esperança vencendo o ódio, e apesar de nesses nove meses de novo governo, ainda aguardarmos a revogação da legislação retroativa que assolou a política educacional, persistimos e esperamos. Este Editorial reflete este estado de ânimo esperançoso, de que resistir, enfrentar e acreditar vale a luta. A educação pública vale a luta!

Na virada de 2022, comemoramos que o povo brasileiro conseguiu afastar do Governo, pela via eleitoral, uma gestão de viés fascista, a opção pelo negacionismo, o descaso com a vida e com a população, o desrespeito às instituições democráticas e o aparelhamento ideológico, entre tantas outras marcas nefastas de um período tenebroso, que desejamos jamais retorne. Entretanto, sabemos que estas mazelas ainda estão presentes em diversos setores da política e da sociedade brasileira, nos alertando que os retrocessos impostos ao país não serão facilmente superados.

Acreditamos que não foi pouco derrotar, nas urnas, um projeto político de destruição das instituições, que produziu o aumento da violência e da miséria, enfraqueceu a economia, comprometeu a diplomacia, vendeu riquezas, promoveu genocídios, queimou florestas, poluiu o solo e as águas, o ar que respiramos e o alimento que ingerimos. E mais, um (des)governo que desmontou políticas públicas, reduziu direitos sociais, amplificou a exclusão, as desigualdades e a injustiça social. Uma tal destruição em velocidade acelerada nunca vista, em apenas quatro anos. Não

vivíamos em paz, pois havia uma guerra do Governo contra o povo! Mas o povo respondeu nas urnas: Basta!

Agora, acreditamos que é possível esperar juntos. Nos alegamos ao ver o povo brasileiro subir a rampa do Palácio do Planalto no primeiro dia do ano. O povo brasileiro representado em sua ampla diversidade, carregada de afirmação à vida e à solidariedade! Acreditamos nesse novo tempo, aberto à possibilidade de retomada do “Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es” como propôs a Carta de Natal e a CONAPE da Esperança. - Conferência Nacional Popular de Educação. Mas não podemos nos desmobilizar! Muito temos que reconquistar.

Resistimos ao projeto de desmonte e privatização da educação, impetrado a partir do Golpe de 2016, e que impôs uma reforma empresarial da educação atrelada aos interesses do setor privado. Resistimos, enfrentamos, mas ainda não derrotamos de vez esse projeto de privatização e desmonte da esfera pública, tendo em vista, as resistências, por parte do MEC de revogar a política educacional regressiva, autoritária e descaracterizadora. Hoje, mais do nunca, é importante reativar a mobilização dos/das trabalhadores/as e profissionais da educação e dos/as estudantes em defesa da escola e da universidade pública, em defesa de uma formação de professores que ajude a construir a educação que queremos e merecemos: emancipatória, democrática, inclusiva, laica, gratuita, crítica e criativa, plural: um direito de todos!

Mal começava o ano, e o Brasil assistiu atordoado às cenas de extrema violência, barbárie e destruição dos criminosos de extrema direita que vandalizaram, em Brasília, em 8 de janeiro, os palácios que simbolizam a democracia no país e os três poderes: executivo, legislativo e judiciário. Simplesmente absurda essa intentona fascista, produzida pela desinformação veiculada por redes sociais, disseminada inclusive por muitos parlamentares eleitos, em que se destaca a omissão das forças que deveriam defender a República. A polarização e o discurso de ódio persistem no cotidiano e seguem manipulando centenas e centenas de milhares de brasileiros/as, tendo em vista que as pesquisas de opinião indicam que cerca de 25% da população apoia o discurso e as propostas de candidatos alinhados à extrema direita. Felizmente, já

EDITORIAL. Reconstruir uma agenda democrática para a Educação brasileira.

podemos crer que a impunidade não prevalecerá, e que os culpados dos atos antidemocráticos serão exemplarmente punidos, sem exceção, para que isso nunca mais se repita, e, quiçá, se supere o estado de alienação de parcela considerável dos/das eleitores/as.

Persistimos na expectativa esperançosa que a recomposição e a pauta dos diversos ministérios da área social, em especial no campo ambiental, dos direitos humanos, da cultura, dos povos originários, apenas para citar alguns, nos provoca. No campo da Educação temos como alvissareira a recomposição do FNE – o Fórum Nacional de Educação, na configuração que possuía antes do Golpe de 2016, permitindo que as entidades nacionais se reorganizam de forma oficial, recuperando o diálogo interrompido com o MEC e o CNE. Entretanto, a composição desses dois órgãos, sua proximidade com fundações privadas comprometidas com a pauta gerencialista defendida pela contrarreforma educacional, em curso desde 2016, nos alerta mais uma vez, que devemos persistir na luta, mobilizados para enfrentar as imposições padronizadoras, reducionistas e excludentes do excludente projeto neoliberal.

Uma bandeira que une as entidades nacionais do campo educacional progressista, seus fóruns e movimentos, é a revogação do lixo autoritário que visa descaracterizar a formação obtida nas diferentes etapas e modalidades da educação básica e que atinge a formação de professores em ensino superior.

Resistimos!

Formação em Movimento, a revista da Anfope, obteve, em 2022, uma ansiada conquista editorial – obtemos na avaliação quadrienal do Qualis o indicador B2. Para um periódico jovem, apenas em seus quatro anos de existência, que chega agora a uma dezena de edições, este é um patamar que nos anima a prosseguir visando indicadores mais elevados. Agradecemos a todos/as/es que acreditaram nesse projeto e tem ao longo dos últimos quatro anos ajudado a construir a revista, organizando dossiês, submetendo artigos e ensaios, avaliando trabalhos, lendo e divulgando. Agradeço, em especial, às/aos companheiras/os que até aqui tem sido parceiros na edição e editoração dos primeiros nove números: gratidão!

Neste décimo número, uma edição especial de *Formação em Movimento* apresentamos textos das conferências, mesas e painéis do *XIII Seminário Nacional de*

Formação de Professores – para compor o dossiê temático “*Formação dos Professores, compromisso social e direito à educação: (re)construindo uma agenda democrática*”. Cabe fazer um agradecimento a CAPES que apoiou o evento que propiciou a elaboração e discussão dos textos.

Esta décima edição fecha um ciclo do nosso periódico, como última edição fechada de *Formação em Movimento*, que está adotando o processo de publicação contínua. Planejada para sair em 2022, como número especial, a edição de número 10, devido a uma série de entraves, apenas agora é publicada, como número especial de 2023, que precede a edição contínua que virá a seguir.

O próximo número, o volume 11/2023, terá o formato de publicação contínua, tendo um número anual com blocos de artigos, publicados no formato *ahead of print*. Esse novo formato, vai permitir que asseguremos um tempo menor de espera com um processo editorial mais célere. Assim, poderemos disponibilizar para a editoração final e publicação, os artigos, ensaios, resenhas e outros materiais, tão logo seja concluída a avaliação. Por ora, convidamos a apreciar os artigos desta décima edição.

Neste momento em que esperamos juntos, ler e debater os textos que apresentam uma agenda para a retomada da democracia no campo educacional, em evento que se caracterizou como espaço de resistência à descaracterização da formação de professores, é uma forma de propositivamente ajudarmos a construir esta agenda. Essa é uma construção coletiva, como o foi o XIII SeNaFoPE, que congregou diversas entidades – Anfope, ForumDir, ForPibid Rp, ForParfor e Monape.

Este editorial assume também o papel de *Apresentação* desta décima edição de *Formação em Movimento*. Integram o corpo do dossiê os textos das conferências de abertura e encerramento do evento, e das discussões travadas nas mesas-redondas e painéis durante o XIII SeNaFoPE.

Como primeiro texto, apresentamos a conferência de encerramento, proferida por Luiz Carlos de Freitas, que problematiza uma das questões postas ao debate no seminário: “*Qual agenda para qual democracia: O papel da escola e seus profissionais*”. A seguir trazemos o texto da conferência de abertura, proferida por Nilda Alves, que nos provoca a refletir sobre redes e processos formativos, em “*Formar*

docentes: processos e redes educativas de formação, com a experimentação possível”. Cabe recordar que os dois autores foram presidentes da ANFOPE, respectivamente, o primeiro e a segunda dirigente, nos primeiros anos da década de 1990, sendo militantes atuantes no movimento dos educadores nos anos 1980, que até hoje, nos ajudam a analisar os caminhos da política educacional no país.

Os oito artigos que também integram o dossiê, registram os debates de algumas das mesas-redondas presenciais e virtuais do evento. O artigo *Concepção de formação de professores na Resolução 02/2019 do CP/CNE: resistências propositivas*, de Marcia Hobold, traz uma análise da normativa do CNE mostrando os prejuízos que esta acarreta para a formação de professores dada a ênfase em competências e habilidades profissionais conforme os ditames da ideologia capitalista. O texto de Monica Molina sobre as *Concepções de formação em disputa em contexto de exclusão: reflexões e desafios a partir da análise das licenciaturas em educação do campo*, apresenta alguns resultados de pesquisas sobre a práxis dos egressos e dos docentes dos cursos vinculados ao PROCAMPO, visando contribuir com a afirmação de uma matriz de formação docente emancipatória e transformadora. Já o texto *A Faculdade de Educação como espaço de luta e de rupturas às tentativas de desmonte aos cursos de licenciatura e de pedagogia*, de Priscilla de Andrade Silva Ximenes, traz o debate insurgente em defesa da formação inicial em que a faculdade de educação desponta como espaço político-pedagógico de luta e de resistência propositiva contra perspectivas hegemônicas de padronização da formação docente na esteira da BNCC e BNC-Formação. Estes três textos apontam, em diferentes olhares, para a necessidade de discutirmos os projetos formativos que disputam a hegemonia no campo das políticas de formação docente.

O artigo de Camila Lima Coimbra, *A práxis como eixo estruturante da formação de professores/as: uma reflexão freireana*, discute a descaracterização da formação no curso de Pedagogia, proposta pela Resolução 02/2019, em uma perspectiva freireana, resgatando a importância da praxis na formação de professores da Educação Básica. Fernando Cássio, nos brinda com o texto *Falsos consensos e a luta pela revogação da Reforma do Ensino Médio*, em que traça o estado atual do debate público sobre a reforma do ensino médio no Brasil, problematizando a propaganda veiculada entre 2016 e 2021, que alardeava ilusórias ‘vantagens’ da reforma e que promoveu o falseamento

do consenso, fornecendo elementos importantes para enfrentarmos o debate com os implementadores e entusiastas da reforma na luta pela revogação da Lei n. 13.415/2017.

O texto de Marcia Soares de Alvarenga e Maria Beatriz Lugão Rios intitulado *Direito à educação sob o cerco do autoritarismo neoliberal e a questão da formação política dos professores*, denuncia o fechamento de escolas no campo e nas periferias urbanas e reflete sobre a negação do direito à educação, destacando a urgência da retomada da agenda da formação política dos professores na perspectiva da classe trabalhadora.

FORPIBID-RP e diretrizes para educação básica e formação de professores(as), texto de autoria de Jaqueline Rabelo de Lima, Frederico Jorge Saad Guirra e Nilson de Souza Cardoso, integrou um painel temático no XIII SeNaFoPE. O artigo discute o desmantelamento de políticas educacionais, a partir do Golpe de 2016, e a intensificação de ataques às instituições, impondo o cumprimento de uma agenda que visa ao empresariamento da educação e a materialização de processos de padronização e mercantilização, que fragilizam a Educação Pública e descaracterizam a política de Formação de professores(as).

Já o artigo *Formação docente: ensaios de (re)existência com os currículos*, de Alexandra Garcia e Marcelle Tenório, que fecha o dossiê, traz uma reflexão quanto aos sentidos de “prática”, a partir das pesquisas com os cotidianos. As autoras refletem sobre as implementações de políticas curriculares nacionais de formação de professores, visando fomentar discussões e análises sobre processos de resistência de movimentos organizados e orgânicos.

Este dossiê não contempla a totalidade das mesas do seminário nacional, mas traz uma contribuição atual e relevante ao debate no campo da formação de professores.

Na sequência, a sessão *Documento*, apresenta a *Carta do Rio*, elaborada pelas entidades e fóruns nacionais que organizaram o XIII Seminário Nacional, sintetiza suas bandeiras de luta, e nos chama à mobilização pela revogação das Resoluções 02/2019 e 01/2020 e a retomada da Res. 02/2015. Esta última propõem a elaboração de projetos curriculares alinhados a uma concepção ampliada de docência, comprometida com a

EDITORIAL. Reconstruir uma agenda democrática para a Educação brasileira.

escola pública, e com uma formação de professores e que contempla princípios defendidos historicamente pelo movimento dos educadores.

Em *Entidades*, sessão dedicada aos informes e documentos das entidades parceiras, temos, neste número, a publicação do *Manifesto* da Frente Nacional pela Revogação das Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 e retomada da Resolução CNE/CP 2/2015. A Frente, criada em 30 de março de 2023, congrega dezenas de entidades nacionais, fóruns e movimentos sociais ligados à formação de professores/as e ao campo educacional. O Movimento REVOGA BNC-Formação se organiza em torno da defesa da formação de professores/as e reivindica a imediata retomada da Resolução CNE/CP 02/2015. Temos ainda, nesta sessão, a participação do Forpibid rp.

Reafirmamos, assim, nosso repúdio às bases curriculares padronizadas que reduzem a educação à mera instrução, denunciando os projetos que negam a diversidade dos sujeitos da escola e que suprimem a dimensão crítica, política e formativa da educação, ameaçando de descaracterização os cursos de formação e ferindo a autonomia das universidades.

Vemos que não será fácil conquistarmos a revogação do lixo autoritário que descaracteriza a educação e a formação, como o novo Ensino Médio e a BNCC, e as Resoluções 02/2019 e 01/2020 entre tantas outras.

Continua nas mãos dos trabalhadores organizados e das entidades, fóruns e frentes nacionais pressionar os órgãos governamentais – em especial o MEC e o CNE – e também o Congresso Nacional para que a revogação dessa política retroativa e descaracterizadora, e mudar os rumos da política educacional, barrando o projeto neoliberal de privatização. A mobilização popular em torno da Conferência Nacional Extraordinária de Educação – CONAEE é fundamental para que possamos elaborar o novo Plano Nacional de Educação recuperando metas não cumpridas e avançando nas propostas em perspectiva emancipatória, inclusiva e radicalmente democratizante. O desafio é enorme, tendo em vista a correlação de forças e o assédio das fundações que defendem os interesses do empresariado e cujas propostas materializam as determinações dos organismos multilaterais para a educação brasileira. É preciso enfrentar esse processo que visam a descaracterização da formação de professores, a desvalorização do magistério e a desqualificação da escola e da Universidade públicas.

Chega de destruição e retrocesso, de ameaças de golpes, de ataques às instituições republicanas. Sem educação pública de qualidade referenciada socialmente nas demandas da população, com visão crítica e emancipatória, não há soberania.

Como Luiz Carlos Freitas coloca em seu texto: “a luta não é nosso desejo, é uma imposição que os que querem deter o desenvolvimento histórico nos colocam. Não é nossa escolha e nem algo para ser comemorado...” Ele também alerta, que “não se pode obter tudo só pela luta. ‘É preciso também saber construir’.” Nesse sentido tanto o XIII Seminário Nacional quanto este dossiê indicam a necessidade de reconstruir uma agenda democrática para a educação brasileira e a formação de professores.

Finalizamos esta edição, reafirmando que *Formação em Movimento*, a revista da ANFOPE, se irmana com todos os brasileiros que acreditam que podemos esperar, que reconstruir é possível! Pela retomada dos direitos subtraídos! Pela revogação da legislação que desmonta e descaracteriza a educação básica e a formação de professores!

Rio de Janeiro, 21 de setembro de 2023.

Lucília Augusta Lino
Editora

formov.revista@gmail.com

<https://periodicos.ufrj.br/index.php/formov>
